



GOVERNANÇA COLABORATIVA DE FESTAS POPULARES: A PREPARAÇÃO COMO PROCESSO FULCRAL

**COLLABORATIVE GOVERNANCE OF POPULAR FESTIVALS:
PREPARATION AS A CORE PROCESS**

GOVERNANÇA COLABORATIVA DE FESTAS POPULARES: A PREPARAÇÃO COMO PROCESSO FULCRAL

COLLABORATIVE GOVERNANCE OF POPULAR FESTIVALS: PREPARATION AS A CORE PROCESS

Aétio Almeida Filho¹ | Eduardo Davel²

Recebimento: 09/07/2023
Aceite: 19/02/2026

¹ Doutorando em Administração (UFBA).
Salvador – BA, Brasil.
E-mail: aetiofilho.prod@gmail.com

² Doutor em Administração (HEC Montreal).
Professor da Universidade Federal da Bahia.
Salvador – BA, Brasil.
E-mail: davel.eduardo@gmail.com

RESUMO

Como as festas populares possuem uma estrutura organizativa coletiva, o uso do conceito de governança colaborativa torna-se, prioritariamente, relevante. Um dos momentos mais fulcrais dentro da governança de festas populares é o inicial, em que todos envolvidos devem ser preparados. Apesar da relevância central, a descrição desse processo permanece pouco detalhada, sistematizada e discutida nas pesquisas. Por isso é necessário desenvolver um conhecimento mais detalhado e sistemático sobre a preparação sob o risco de comprometer o sucesso do processo colaborativo. O objetivo desta pesquisa é sistematizar e discutir a preparação da governança de festas populares, descrevendo suas atividades e considerando as dimensões de colaboração, identidade cultural e conflito. A metodologia de pesquisa é de natureza indutiva e exploratória, baseada em documentos e entrevistas. Por proporcionarem um processo prático de iniciação consolidada da governança colaborativa, os resultados contribuem para repensar a teorização e a prática da gestão de festas populares como forças de desenvolvimento territorial e regional.

Palavras-chave: Governança, Festas Populares, Governança Colaborativa, Identidade Cultural.

ABSTRACT

Because popular festivals have a collective organizational structure, the use of the concept of collaborative governance becomes extremely relevant. One of the most central moments within the governance of popular festivals is the initial process, in which everyone involved must be prepared. Despite this central relevance, the description of this process remains poorly detailed, systematized and discussed in literature. Therefore, it is necessary to develop a more detailed and systematic knowledge about preparation at the risk of compromising the success of the collaborative process. The aim of this research is to systematize and discuss the preparation of the governance of popular festivals, describing its activities and considering the dimensions of collaboration, cultural identity and conflict. The research methodology is inductive and exploratory in nature, based on documents and interviews. The research findings provide a practical process of consolidated initiation of collaborative governance in popular festivals. The results contribute to rethinking the theorization and practice of the management of popular festivals as forces for territorial and regional development.

Keywords: Governance, Popular Festivals, Collaborative Governance, Cultural Identity.

INTRODUÇÃO

As festas populares possuem uma estrutura organizativa coletiva. Consequentemente, teorias tradicionais de gestão, hierárquicas e centradas na figura de um líder, não funcionam quando aplicadas às festas populares. Ao invés de gestão e liderança, o conceito mais adequado para organizar e coordenar festas populares é o de governança (Davel; Dantas, 2019). As festas populares exercem um papel estratégico para o desenvolvimento de diversos territórios. Entretanto, os estudos de governança de festas populares são raros, mesmo que prefeituras e os governos precisem desse conhecimento para resolver situações práticas a fim de reduzir problemas de gestão. Os modelos de processo de governança colaborativa às vezes descrevem a colaboração como um desenvolvimento em estágios. Alguns estudos já associaram festas populares a conceitos de governança colaborativa (Cabral; Krane; Dantas, 2013, Almeida Filho; Davel, 2024).

A tecnologia de governança de festas populares (TGPop), proposta por Almeida Filho e Davel (2024), apresenta-se como alternativa viável por considerar diversos agentes (públicos, privados, sociedade civil organizada, etc.) em discussões de caráter público para tomar decisões coletivas baseadas no consenso, buscando deliberar, criar, implementar e/ou administrar políticas públicas (Ansell; Gash, 2008). A TGPop é constituída de etapas (preparação, estratégia, execução e avaliação) e dimensões (colaboração, identidade cultural e conflito), destacando-se que a fase de preparação é a mais determinante para o sucesso da governança. Apesar dessa relevância central, a descrição dessa fase permanece pouco detalhada, sistematizada e discutida.

Relacionamentos entre os diversos atores sustentam a governança colaborativa. Assim, deve-se gastar tempo antes que a estrutura de governança colaborativa seja implementada (Gash, 2012). Parece existir um consenso quanto ao fato de que, até a implementação da governança colaborativa, etapas anteriores precisam ser desenhadas e cumpridas. Expressões como *preparação*, *configuração de problema* e *pré-negociação* são utilizadas para definir o processo anterior à implementação (Ansell; Gash, 2008). Sem um processo de planejamento adequado e bem conduzido, toda tecnologia de governança fica muito vulnerável ao fracasso, com risco de as pessoas envolvidas não conseguirem alcançar consensos e alinhamento de entendimentos e propósitos.



A preparação é o momento mais importante na governança de festas populares. Envolve mapeamentos, coleta de dados e entrevistas, abrangendo etapas que vão desde a seleção de participantes, a formação de comitês, o estabelecimento de princípios e a formalização até o treinamento dos comitês para estarem aptos ao trabalho colaborativo. Por isso, é necessário dispormos de um conhecimento mais detalhado e sistemático sobre a preparação sob o risco de ignorarmos elementos fundamentais ou incluir elementos não tão significativos, de forma a criar um conceito de identidade cultural que seja ambíguo ou dúbio na percepção coletiva. Desse modo, há sempre a possibilidade de o público não se identificar com a festa. Outro risco recai numa possível sub-representação e/ou desequilíbrio de representação, o que comprometeria o sucesso do processo colaborativo. Tensões e conflitos podem existir em função da diversidade de perspectivas e interesses presentes no comitê de governança.

O objetivo desta pesquisa é sistematizar e discutir a preparação da governança de festas populares, por esta ser a primeira e mais fulcral fase da tecnologia. A ênfase na governança colaborativa reflete a busca de melhorar a relação entre os vários agentes envolvidos no processo de realização da festa. O enfoque na identidade cultural reflete a preocupação em atrelar a produção da festa popular ao seu propósito substantivo, territorial e sociocultural. A importância do conflito recai tanto em sua presença indissociável em processos coletivos quanto na possibilidade de ser mobilizado como elemento agregador, gerador de inovação e de transformação social (Oliveira Neta, 2016).

A vocação desta pesquisa é profissional e tecnológica. Sua principal orientação enfatiza a produção de conhecimento acessível e aplicável para agentes envolvidos com a realização de festas populares. Com o propósito de sistematizar a preparação da governança de festas populares, a pesquisa pauta-se por uma metodologia de caráter indutivo e exploratório, baseada em documentos (produções acadêmicas, relatórios, artigos de imprensa e fotos) e entrevistas.

Devido ao seu caráter profissional e tecnológico, a contribuição dos resultados desta pesquisa abre novos caminhos para renovar a prática da governança de territórios, no que tange às manifestações culturais. Nesse sentido, viabiliza-se a consideração estratégica da dimensão cultural do desenvolvimento regional. Além disso, indiretamente, os resultados também são relevantes para ativar o campo de pesquisas sobre gestão e desenvolvimento territorial, ao destacar a dimensão cultural e de governança como instâncias que devem ser consideradas na teorização sobre desenvolvimento regional (Büttenbender; Sausen, 2020; Marques De Oliveira, 2021; Theis *et al.*, 2022).



METODOLOGIA DE PESQUISA

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas junto a responsáveis pela governança da Lavagem do Bonfim em Salvador (Bahia), como gestores públicos e representantes de organizações culturais e religiosas. Para garantir o anonimato dos participantes, as identidades foram preservadas por meio de um sistema de codificação alfa numérico (Ex: E1, E2, E3...), no qual “E” representa o entrevistado seguido do número por ordem de coleta. Foram entrevistados: representante da Secretaria de Turismo (E1), representante da Irmandade do Senhor do Bonfim (E2), representante da associação de baianas de acarajé (E3), diretor de um Afoxé tradicional (E4), produtor cultural de entidade carnavalesca (E5), representante de uma associação de capoeira (E6), representante da SALTUR (E7), membro do COMCAR (E8) e representante do IPHAN (E9). Além disso, foram realizadas 3 entrevistas com responsáveis pela governança da Mostra de Cultura Demétrio Ribeiro Itália Mia, que acontece no município de João Neiva (Espírito Santo). Foram entrevistados: representante da Associação de Moradores e Produtores Rurais de Demétrio Ribeiro (E10), escritor e membro de uma das famílias fundadoras de Demétrio Ribeiro (E11) e produtora cultural (E12).

Os roteiros de entrevista focaram nas questões que emergem do processo de governança da festa, da participação do comitê de governança, da identidade cultural, dos conflitos existentes, dos desafios e dos problemas de gestão da festa. Como a festa não tem um processo de governança estruturado e consolidado, exploraram-se mais os efeitos negativos da ausência ou deficiência de um processo de governança colaborativa e de preocupação com questões de identidade. As entrevistas tiveram, em média, 60 minutos de duração e foram realizadas tanto presencialmente quanto de forma online, gerando um total de 14 horas de gravação.

A análise do material empírico foi complementada e refinada pela experiência (mais de 7 anos) acumulada do primeiro autor na produção de atrações artísticas em festas populares de Salvador (Bahia), principalmente na Festa do Senhor do Bonfim e no Carnaval. Com base na análise temática (Guest; Macqueen; Namey, 2012), o material empírico foi analisado a fim de identificar e elaborar temas relacionados às atividades presentes no sistema de governança, seja por práticas já existentes, seja por práticas que deveriam existir para se evitar vários problemas descritos.



A primeira etapa de análise elaborou todos os temas emergentes ligados à governança das festas, à identidade e aos conflitos. Em uma segunda etapa de análise, esses temas foram analisados para encontrar vinculações. Nessa fase, foram elaborados os temas das atividades presentes na preparação da governança colaborativa de festas populares, e foram consolidadas como dimensões importantes a identidade e o conflito. A terceira etapa de análise permitiu analisar todo o material empírico para estruturar temas a fim de detalhar cada atividade da preparação da governança de festas populares, integrando explicitamente as dimensões de identidade e conflito. Nesse estágio, também foram selecionados e aprofundados exemplos emblemáticos para melhor ilustrar momentos cruciais. Conseqüentemente, nos resultados da pesquisa, sistematiza-se um conhecimento necessário para gestores públicos ligados à organização de festas populares, ressaltando os aspectos cruciais para o sucesso da governança.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

GOVERNANÇA DE FESTAS POPULARES

A TGPop foi desenvolvida a partir dos estudos de governança colaborativa e festas populares (Almeida Filho; Davel, 2024). A governança colaborativa se distingue de outros tipos de governança como corporativismo, governança associativa, rede pública e parcerias público-privadas pelo critério da colaboração. O conceito de governança colaborativa como modelo para solucionar problemas complexos de gestão é orientado pelo consenso e pela produção coletiva de resultados (Ansell; Gash, 2008), integrando, de forma colaborativa, órgãos públicos com outros tipos de atores sociais. Além disso, foram considerados os seguintes critérios presentes nos estudos de governança colaborativa (Ansell; Gash, 2008):

- a. o fórum é inicializado por instituições públicas;
- b. os participantes incluem partes interessadas não governamentais;
- c. os participantes se envolvem diretamente nas tomadas de decisão e não meramente “consultados” pelos órgãos públicos;
- d. o fórum é organizado formalmente e se reúne coletivamente;
- e. o fórum mira na tomada de decisões por consenso (mesmo que o consenso não seja alcançado); e

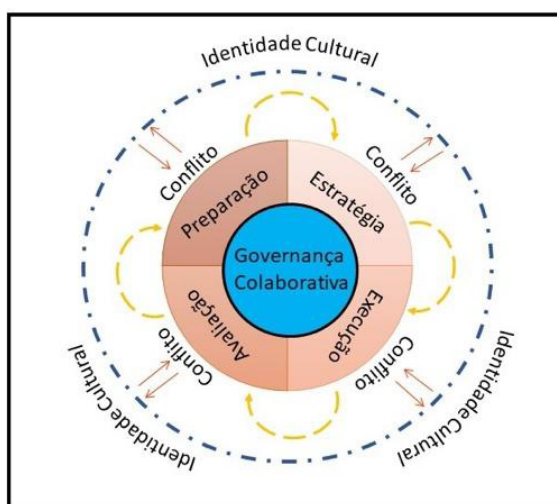


f. o fórum enfoca a colaboração em políticas públicas e gerenciamento público (resultados).

g. Os modelos de processo de governança colaborativa às vezes descrevem a colaboração como um desenvolvimento em estágios. Parece existir um consenso entre estudiosos segundo o qual, até a implementação da governança colaborativa, etapas anteriores precisam ser desenhadas e praticadas: “preparação”, “configuração de problema”, “pré-negociação”. Assim, a TGPop foi desenvolvida com base em quatro fases estruturantes: preparação, estratégia, execução e avaliação. Cada uma das fases é orientada pela identidade cultural, desempenhando papéis em momentos específicos da tecnologia: significar (preparação), projetar (estratégia), materializar (execução) e institucionalizar (avaliação) (Almeida Filho; Davel, 2024).

A TGPop proposta (Almeida Filho; Davel, 2024) se estrutura em quatro fases estruturantes (Figura 1): preparação, estratégia, execução e avaliação. Essa tecnologia busca conciliar especificidades das festas populares como a governança coletiva através da colaboração, a acomodação da diversidade de identidades pela construção mútua e considerando o conflito advindo desses intercruzamentos como elemento agregador e inovador. Sendo suas fases inter-relacionadas e interdependentes, possui estrutura circular e contínua, partindo da preparação até a produção de informações para a edição seguinte.

Figura 1 | Esquema representativo da TGPop



Fonte: Almeida Filho e Davel (2024)

GOVERNANÇA DE FESTAS POPULARES E COLABORAÇÃO

A governança de festas populares pressupõe um equilíbrio de relações entre os agentes que as realizam. Esse equilíbrio se mostra especialmente desafiador se for levada em conta a complexa dinâmica entre esses diferentes atores, suas atribuições, competências e interesses. A colaboração permite a coexistência desses aspectos, propondo a diferença como elemento gerador de relações dialógicas e mais democráticas na experiência de governança, sendo a necessidade de colaboração aumentada na medida em que as infraestruturas institucionais se tornaram mais complexas e interdependentes (Ansell; Gash, 2008).

O critério de colaboração formal é destacado para distinguir governança colaborativa de outros formatos mais casuais e formas convencionais de interação entre poder público e grupos de interesse (Gash, 2016). Isso significa uma explícita e pública estratégia de organização desses atores. A governança de festas populares possui assim caráter colaborativo, sendo uma atividade formal que envolve atividades conjuntas, estruturas conjuntas e resultados compartilhados (Walter; Petr, 2000) e pressupõe o desenvolvimento de um “arranjo estruturado” (Padilla; Daigle, 1998). Assim, esse arranjo formal implica em organização, estrutura e foco em resultados compartilhados. As decisões na governança de festas populares são orientadas por consenso e, embora os órgãos públicos devam ter a autoridade final para tomar uma decisão (Connick; Innes, 2003; Seidenfeld, 2000), o objetivo da colaboração é alcançar algum grau de consenso entre as partes interessadas. Os múltiplos atores se encontram em fórum deliberativo, multilateral e formal, com o propósito de descobrir áreas de consenso possíveis para a tomada de decisão com foco em resultados compartilhados.

GOVERNANÇA DE FESTAS POPULARES E IDENTIDADE CULTURAL

Festas populares são uma produção social; geram produtos materiais, comunicativos, simbólicos e significativos, sendo o mais amplo deles a identidade. A identidade cultural é um compartilhamento no tempo e espaço sociais (Guarinello, 2001) que se dá em vários níveis e formas durante a festa, inclusive no seu processo organizativo, e apesar da mutabilidade da forma de percepção e significação atribuídos a um conjunto de valores e crenças ao longo do tempo. Festas populares produzem identidade, nas similaridades e/ou nas diferenças presentes na diversidade que



constitui uma sociedade (bem como essa diversidade também está presente nos variados atores que compõem a governança da festa), pois são “territórios afetivos” que representam simbolicamente o embate entre diversos atores sociais, absorvendo, digerindo e transformando em pontes os opostos tidos como inconciliáveis (Amaral, 1998).

Essa construção coletiva de identidade pretende “aproximar os sujeitos envolvidos com a dinâmica, a produção, a circulação e o consumo dos bens culturais, cuja autenticidade só será conservada e mantida no seu contexto específico”, reconhecendo tanto seu valor simbólico quanto seu suporte material (Santana, 2011). Dessa forma pode tanto despertar e/ou reforçar a sensação de pertencimento de seus representantes, quanto favorecer uma atuação mais consciente e comprometida, estimulando sociabilidades positivas, facilitando o processo organizativo e delineando os contornos dessa identidade que se manifesta de forma múltipla nas festas populares (Davel; Santos; Dantas, 2016).

A construção de consensos sobre identidade cultural é um desafio, pois esta não é um bloco homogêneo e unifacetado. Pelo contrário, identidade é uma construção coletiva, que se manifesta de forma heterogênea e multiescalar. Essas diversas escalas coexistem através das trocas materiais e simbólicas que são apreendidas e renovadas ao longo do tempo e do espaço, ativadas nas instâncias coletivas e individuais, para a sua constante (re)construção (Castells, 1999). O entendimento dessa dinâmica é o primeiro passo para a solução dos desafios da identidade cultural como matriz de desenvolvimento e aplicabilidade na governança de festas populares.

O PROCESSO DE PREPARAÇÃO DA GOVERNANÇA DE FESTAS POPULARES

A preparação é o processo mais extenso na governança de festas populares. Envolve mapeamentos, coleta de dados e entrevistas, passando pela seleção de participantes, formação de comitês, estabelecimentos de princípios e formalização até o treinamento dos comitês para estarem aptos ao trabalho colaborativo. Na fase de preparação, a identidade cultural tem o papel de significar. Os elementos (expressões, práticas e organizações) encontrados nos mapeamentos são a expressão da festa em termos simbólicos (expressões), materiais (práticas) e humanos (organizações). As principais atividades do processo de preparação são apresentadas no Quadro 1.



Quadro 1 | Atividades de preparação na governança colaborativa de festas populares

Atividades	Propósitos	Riscos
Mapeamento das expressões e práticas ligadas à identidade da festa popular	Identificar as principais expressões e práticas que representam e simbolizam a identidade cultural da festa.	Não identificar algum elemento e/ou prática fundamental da identidade da festa por questões de ambiguidade e abstrações.
Mapeamento das organizações atuantes no território da festa popular	Identificar as diversas organizações que são relevantes e representativas da festa.	Não identificar organizações representativas da festa que são visíveis por questões políticas ou tradicionais.
Composição do comitê de governança	Compor um comitê que garanta representação adequada das principais organizações mapeadas previamente.	Não incluir membros devido a questões políticas ou econômicas.
Estabelecimento da cultura colaborativa	Estabelecer uma cultura de trabalho e organizacional propícia à colaboração, a partir de princípios, regras, procedimentos e responsabilidades.	Não conseguir identificar e selecionar elementos centrais da cultura de colaboração devido a preocupações de pragmatismo excessivo e imediatismo.
Composição do comitê executivo e comitê de comunicação	Compor um comitê que garanta a comunicação e a execução adequada da festa, de acordo com a cultura colaborativa e as diretrizes oriundas do comitê de governança.	Incluir membros que não apresentam competências adequadas e aderência à cultura colaborativa necessárias para a governança da festa.
Treinamento para a cultura colaborativa	Preparar os membros dos três comitês para desempenharem as atividades de governança (estratégia, execução e avaliação) de acordo com uma cultura de governança colaborativa.	O conteúdo e o processo do treinamento ficarem vagos, teóricos e enfadonhos.

Fonte: autores



É na fase de preparação que são utilizados os critérios presentes nos estudos de governança colaborativa (Ansell; Gash, 2008):

- a. O fórum é iniciado por instituições públicas. São os órgãos governamentais que iniciarão a tecnologia de governança de festas populares. Essa predisposição institucional é necessária tanto na estruturação formal quanto no financiamento da implementação da tecnologia.
- b. Os participantes incluem partes interessadas não governamentais. É fundamental que, além dos órgãos governamentais, os participantes representem a diversidade dos interesses ligados à festa.
- c. Os participantes se envolvem diretamente nas tomadas de decisão, em vez de serem meramente “consultados” pelos órgãos públicos. É necessário que o comitê de governança tenha autonomia deliberativa a fim de desenvolver ações e resultados compartilhados.
- d. O fórum é organizado formalmente e se reúne coletivamente. A formalização do comitê de governança produz legitimidade às decisões tomadas pelo comitê, além de fortalecer a colaboração e a interdependência entre os membros do comitê.
- e. O fórum mira na tomada de decisões por consenso (mesmo que o consenso não seja alcançado). O consenso é visto como um processo constante de negociação.
- f. O foco recai na colaboração em políticas públicas e gerenciamento público (resultados) com o intuito de potencializar as tomadas de decisão e as práticas adotadas durante o processo colaborativo.

MAPEAMENTO DAS EXPRESSÕES E PRÁTICAS LIGADAS À IDENTIDADE DA FESTA POPULAR

A primeira atividade para a preparação da governança para festas populares é mapear as expressões e as práticas ligadas à identidade da festa popular. Festas populares possuem históricos que se misturam com os históricos dos próprios territórios onde acontecem. Identidade e território se influenciam mutuamente, pois relações e sociabilidades se dão em espaços tanto físicos como simbólicos (Davel; Santos; Dantas, 2016). Diante da multiplicidade e da complexidade das relações possíveis entre esses elementos e práticas, faz-se necessário um levantamento estruturado com base na história, no histórico da festa e do território onde ela ocorre.



Cabe, em geral, ao poder público municipal iniciar o processo de preparação da governança. É o poder público que possui a capacidade institucional e a responsabilidade sobre o financiamento da fase de preparação da governança de festas populares. Essa responsabilidade pode ser dividida com a instância estadual e/ou federal, mas isso só é possível com afinidade política e com mecanismos legais para repasse de recursos. Não raro, desacordos políticos entre instâncias municipais e estaduais inviabilizam acordos interorganizacionais colaborativos (Cabral; Krane; Dantas, 2013). De qualquer forma, são os órgãos municipais os mais envolvidos de forma direta na realização das festas populares.

Durante a implementação dessa atividade, deve-se considerar: (a) que a história da festa popular é inseparável da história do território e da identidade que emana dessa história; (b) que a identidade da festa se compõe fundamentalmente de práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados; e (c) que esse conjunto de elementos são mutáveis ao longo do tempo pelas transformações históricas, sociais, econômicas e culturais. Tomando por base essas afirmações, isso representa estabelecer uma correlação entre os diversos aspectos que compõem a identidade da festa (história, cultura, religião) com elementos e práticas que expressam esses aspectos. A Figura 2 propõe um esquema gráfico que sintetiza essa ideia.

Figura 2 | Exemplo de correlação entre aspectos e expressões e práticas ligadas à festa



Fonte: Dados de pesquisa (2023)

Em termos metodológicos, deve-se fazer pesquisa documental sobre a festa através de documentos (livros, teses, dissertações, artigos acadêmicos, relatórios governamentais), publicações em jornais, revistas e redes sociais, bem como dispor de pesquisa em registros fotográficos e/ou videográficos. Além disso, realizar entrevistas com grupos culturais, representações sociais e organizadores das últimas edições. Após análise desse material, é preciso realizar uma triangulação para produzir um mapeamento eficaz, a fim de não se correr o risco de não identificar algum elemento e/ou prática fundamental que explique o sentido cultural da festa, por questões de ambiguidade e abstrações.

Seguem abaixo sugestões de perguntas úteis para a execução dessa atividade. Elas visam integrar ao processo tanto informações objetivas (dados numéricos, pesquisas e documentos oficiais), quanto subjetivas (sensações, sentimentos e afetividades) para a composição de um conjunto de informações que abarque a dimensão material, simbólica e política da festa, sem perder de vista seus inter cruzamentos:

- *Aspectos históricos:* Qual é o histórico da festa? Quais são os documentos que relatam esta história? Que fatos históricos marcaram a festa? Quais são as pessoas cujos depoimentos possam fazer um relato histórico da festa? Quais são as histórias marginalizadas que ficaram ou ainda ficam de fora da história oficial da festa? No território, há edificações e monumentos associados à festa?
- *Aspectos territoriais:* Qual é a escala territorial: zona, rede de territórios, bairro, cidade, Estado, nação, conjunto de bairros, conjunto de cidades, conjunto de nações? Qual é a característica natural que identifica este território: clima, topografia, fauna, flora, biodiversidade?
- *Aspectos sociais:* Quais são as características socioeconômicas, étnicas e religiosas da população que vive ou circula no território onde ocorre a festa? Qual é o valor que os moradores ou frequentadores atribuem à festa? Quantas são as questões ligadas à sociabilidade que se atribui à festa?
- *Aspectos religiosos:* Qual é o conjunto de valores, símbolos e crenças que podem ser observados na festa?
- *Aspectos culturais:* Qual é o conjunto de expressões, símbolos, práticas culturais e identitárias que podem ser observados na festa? Quais são as manifestações culturais únicas ligadas à festa?

- *Aspectos políticos*: Quais são as manifestações políticas durante a festa? Quais são os objetivos dessas manifestações durante a festa?
- Por exemplo, na Lavagem do Bonfim, os elementos identitários envolvem, principalmente, três segmentos: religioso, cultural e político. Esses segmentos estão ligados ao histórico da festa. A origem da festa começa com a construção da igreja e da chegada da imagem de Nosso Senhor do Bonfim, que foi trazida de Portugal no século XVIII. Com os milagres atribuídos ao Senhor do Bonfim, a devoção popular se fortaleceu, e foi estabelecida a Devoção do Senhor do Bonfim, que se tornou uma entidade da sociedade civil ligada à Igreja Católica, formada principalmente por membros da elite de produção de cana-de-açúcar tão próspera na capital e na região do Recôncavo, naquele período. A Lavagem tem início no final do século XVIII, com os escravizados obrigados a lavar e ornar a igreja para a missa que acontece no final da novena em louvor ao Senhor do Bonfim. O período de festejos católicos mobilizava toda a comunidade. Além dos ritos sacros, a festa também contava com apresentações de filarmônicas, rodas de samba, atabaques e todo tipo de manifestação popular.

Pouco tempo depois, os escravizados adeptos ao candomblé incluíram o festejo dentro dos seus rituais. Com o sincretismo religioso, associava-se a figura do santo a Oxalá, divindade de matriz africana. Toda a exuberância não foi vista com bons olhos pelas autoridades civis e religiosas católicas da época. Em consequência, a arquidiocese proibiu a lavagem dentro da igreja. A partir daí, a lavagem acontece no lado de fora: nas escadarias do adro da igreja. Dessa forma, a festa se popularizou ainda mais, atraindo diversas manifestações culturais, como filarmônicas, afoxés, grupos com atabaques, rodas de capoeira, samba, além de representações sociais e políticas, fazendo da lavagem uma grande celebração que reúne toda a população e atrai muitos turistas.

Em específico, a “Lavagem” – como conhecemos atualmente – é marcadamente ligada à imagem da baiana. Foi do ofício de “lavar”, imposto à figura da mulher negra escravizada, que a quinta-feira se dissociou dos festejos católicos e ressignificou a festa até a contemporaneidade. Difícil pensar na lavagem sem lembrar da imagem das baianas com seus adornos, jarros com “água de cheiro” e vassouras.

Os vários segmentos que compõem a festa se manifestam de formas diversas através de práticas e símbolos variados: (a) nas expressões e práticas do catolicismo e nos cultos de matrizes africanas; (b) nas manifestações culturais como o samba, os afoxés, as rodas de capoeira; (c) nos agrupamentos sociopolíticos diversos, como sindicatos, que utilizam a festa como mecanismo amplificador de pautas ou políticos que desfilam durante o cortejo oficial. Alguns elementos se extinguiram ao longo do tempo, como a tradição das carroças enfeitadas puxadas por animais e os grandes trios elétricos que subiam a colina do Bonfim durante a década de 1990 (pesquisa documental, 2023).

MAPEAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES ATUANTES NO TERRITÓRIO DA FESTA POPULAR

A segunda atividade na preparação da governança de festas populares é o mapeamento das organizações atuantes no território onde ocorre a festa popular. Durante a implementação dessa atividade, deve-se considerar que o território físico e suas práticas são o suporte material e simbólico da festa. Todavia, as organizações que atuam nesse território são o elemento humano essencial da manifestação popular.

Cabe ao poder público a responsabilidade pela produção desse mapeamento. Para mapear as organizações atuantes no território da festa popular, é sugerido, em termos metodológicos, utilizar os dados do mapeamento anterior. As mesmas fontes de dados deverão ser capazes de produzir informações sobre as organizações com efetiva atuação na festa. Com efeito, existe uma correlação entre os diversos aspectos que compõem a identidade da festa com os elementos, as práticas e as organizações que atuam na festa. A Figura 3 propõe um esquema gráfico que sintetiza essa ideia.

Figura 3 | Exemplo de correlação entre aspectos, expressões e práticas e organizações ligadas à festa



Fonte: Dados de pesquisa (2023)

O Carnaval da Bahia é um exemplo dessa correlação entre história, expressões e práticas e representação de organizações atuantes em festas populares (Pesquisa documental, 2023). A trajetória do Carnaval revela como a evolução das expressões e práticas (exemplificada pela invenção do trio elétrico ou pelo movimento de reafrikanização) transformou a festa em um evento com contornos mais democráticos. Essa mudança histórica exigiu novas formas de representação organizacional: o que antes era gerido por clubes aristocráticos passou para a esfera pública e participativa. Isso ocorre quando órgãos como FGM (Fundação Gregório de Matos), COMCAR (Conselho Municipal do Carnaval) e a SALTUR (Empresa Salvador Turismo) assumem o papel de coordenar os múltiplos interesses políticos, financeiros e culturais que sustentam a festividade (Cabral; Krane; Dantas, 2013). Além dos representantes institucionais, o COMCAR inclui representantes de blocos (blocos de trios, blocos afros, afoxés) e uma gama de entidades carnavalescas, além de representantes de diversas associações e sindicatos.

O material obtido a partir da fase de mapeamento precisa ser analisado e triangulado de forma a produzir um resultado capaz de abarcar a diversidade de organizações atuantes na festa, independentemente da sua dimensão, sob o risco de não identificar organizações representativas da festa que não são visíveis por questões políticas ou tradicionais. A não identificação de organizações representativas pode gerar insatisfação de grupos relevantes na festa, além de minar a legitimidade do comitê de governança que será constituído.

COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA

A seleção de organizações e representantes para compor o comitê de governança deve também representar a diversidade de habilidades, competências e interesses presentes no objeto da governança. Esses representantes estão diretamente ligados às organizações identificadas no mapeamento das organizações. Os indivíduos que vão constituir o comitê de governança devem integrar qualidades que permitam ao comitê contemplar aspectos institucionais, geográficos, culturais e políticos (Gash, 2016). A seleção desses indivíduos deve seguir os seguintes, no mínimo, três tipos de critérios:

1. *Habilidades e competências* – Essas habilidades devem somar-se às habilidades e competências dos membros dos comitês técnicos (comitê executivo e comitê de comunicação) que serão formados logo em seguida. Objetivo: tornar o comitê de governança o mais efetivo e eficaz possível;
2. *Representação* – A representação é fundamental para legitimar o comitê perante a sociedade e a imprensa. Objetivo: diversidade e legitimidade dos representantes tanto em relação à festa quanto ao território;
3. *Interesse* – Os indivíduos que constituem o comitê de governança devem representar organizações, formais e informais, que incluem os interesses múltiplos que permeiam a festa: institucionais, geográficos, econômicos, culturais, políticos, etc. Objetivo: Criar uma rede de parceiros que representam interesses diversos e enfatizar a importância da participação voluntária dos integrantes ao longo do processo de colaboração.

Nesta implementação deve-se atentar: (a) que se deve buscar o máximo de imparcialidade possível durante a seleção; (b) que não existe número fixo de representantes no comitê de governança (deve ser tão variado quanto os segmentos que compõem a festa); e (c) que a presença de representantes governamentais é fundamental, principalmente em áreas como segurança e saúde pública, em função da importância das recomendações técnicas.

Por exemplo, na Lavagem do Bonfim, os encontros existentes na organização da festa ocorrem com representantes na igreja católica (como o reitor da Basílica do Senhor do Bonfim e o juiz da Irmandade do Senhor do Bonfim), além de representantes de órgãos governamentais (como a agência municipal de turismo, a Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Prevenção à Violência, a Superintendência de



Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município, a Secretaria Municipal do Trabalho, a Assistência Social e Direitos do Cidadão, a Secretaria de Transportes e Infra-estrutura, a Defesa Civil do Município, a Superintendência de Trânsito e Transporte, a Secretaria Municipal de Comunicação, dentre outros). As atribuições dos órgãos governamentais ligadas à festa são diversas: (a) licenciamento e fiscalização para o desfile de entidades carnavalescas ou folclóricas, trios elétricos e congêneres; (b) instalação e exploração de serviço especial, de camarote, praticável, arquibancada, palcos e similares; (c) nível de emissão sonora; (d) exibição de publicidade em geral; (e) disciplinamento do comércio informal; (f) sistema de transporte coletivo e de trânsito; (g) prestação do serviço de saúde; (h) ações da vigilância sanitária; (i) limpeza urbana e a coleta, com o tratamento e o manejo de resíduos sólidos e de qualquer natureza. No caso da Lavagem do Bonfim, as representações ligadas a outros segmentos da festa não participam dos processos decisórios.

Durante o processo de governança, pode ocorrer insatisfação por parte de representações e organizações que são importantes na estrutura da festa. No caso da Lavagem do Bonfim, entidades culturais reiteradamente reclamam sobre a organização do percurso após a saída do cortejo principal. Nesse ínterim, o percurso fica sem nenhum ordenamento do desfile de entidades sociais e grupos culturais. “Seria algo simples de resolver”, afirmou um representante de uma entidade cultural que participa da festa.

Ainda no caso da Lavagem do Bonfim, a representante da associação das baianas de acarajé demonstrou grande insatisfação por não ter sido consultada no processo de reconhecimento da Festa do Bonfim como patrimônio imaterial. Embora o processo de reconhecimento do evento como patrimônio imaterial seja completamente apartado da organização da festa, essa representação de um símbolo é muito associada à baiana com seu jarro e vassoura. Assim, as baianas sentiram que não foram contempladas em questões relacionadas à Lavagem.

Além de gerar prejuízos de imagem para os responsáveis pela festa, esses tipos de insatisfação podem culminar em não participação e até em boicotes por parte de grupos. Dessa forma, cria-se um ciclo negativo de enfraquecimento das expressões e práticas associadas à festa. Esse ciclo negativo reduz os pontos de identificação associados pelo público que, por consequência, diminui sua participação na festa. Ao longo do tempo, intensifica-se a não participação de jovens, o que pode ocasionar, em última instância, o desaparecimento da festa (Entrevistas e pesquisa documental, 2022).



ESTABELECIMENTO COLABORATIVO DE PRINCÍPIOS, REGRAS, PROCEDIMENTOS E RESPONSABILIDADES DO COMITÊ DE GOVERNANÇA

Depois da sua composição é necessário estabelecer, participativamente, princípios, regras, procedimentos e responsabilidades do comitê de governança. São elementos que devem fundamentar o processo decisório dos integrantes desse comitê, constituindo-o, legalmente. Durante a implementação dessa atividade, deve-se respeitar os critérios da governança colaborativa:

- Os participantes se envolvem diretamente nas tomadas de decisão e não são meramente “consultados” pelos órgãos públicos;
- O fórum é organizado formalmente e se reúne coletivamente;
- O fórum mira na tomada de decisões por consenso (mesmo que o consenso não seja sempre alcançado);
- O foco recai na colaboração em políticas públicas e gerenciamento público.
- Na aplicação dessa atividade, é sugerida a seguinte sequência:
 1. Encontros para criação colaborativa de carta de princípios. Esse documento expressará princípios, valores e objetivos do comitê de governança.
 2. Encontros para criação colaborativa de regimento interno. Esse documento constitui o conjunto de normas estabelecidas para regulamentar o funcionamento da governança da festa popular, detalhando sua composição, as respectivas competências existentes e os seus relacionamentos internos e externos.
 3. Consolidação de estatuto social e constituição legal do comitê de governança. Somente após a constituição legal do comitê de governança, é que o órgão institucional que iniciou o processo de governança passa de principal responsável para coparticipante como membro do comitê.

A formalização implica, de qualquer forma, numa estratégia explícita e pública de organização e legitimidade do comitê de governança. Os incentivos para participar dependem, em certa medida, das expectativas das partes interessadas sobre os resultados efetivos obtidos dos processos colaborativos, especialmente em relação ao equilíbrio de tempo e energia que a colaboração requer. Os membros se afastarão do processo colaborativo caso percebam que sua própria contribuição é meramente consultiva ou cerimonial (Futrell, 2003). Assim, o maior risco durante essa atividade é não conseguir identificar e selecionar elementos centrais da cultura de colaboração devido a preocupações de pragmatismo excessivo e imediatismo.



COMPOSIÇÃO DO COMITÊ EXECUTIVO E COMITÊ DE COMUNICAÇÃO

Com o comitê de governança constituído e com poderes legais para atuar, deve-se então compor os comitês técnicos: o comitê executivo e o comitê de comunicação. Esses comitês técnicos serão responsáveis pela operacionalização das decisões tomadas pelo comitê de governança. A seleção de seus membros deve seguir critérios técnicos e operacionais.

Os comitês técnicos deverão ser compostos por profissionais com experiência em suas respectivas áreas e que, portanto, devem ser remunerados. Não há quantidade predeterminada de integrantes. Tanto a quantidade de profissionais quanto as áreas de competência dos comitês técnicos são variáveis de acordo com cada estrutura e necessidade. Entretanto, devem conter conhecimentos administrativos, legais, de marketing e de execução de ações e projetos. O comitê de governança deliberará em encontros regulares, e os comitês técnicos (executivo e comunicação) executarão as demandas e alimentarão, com informações e dados, o comitê de governança para acompanhamento das atividades e tomada de decisões. Nesse sentido, a importância operacional dos comitês executivo e de comunicação pressupõe muita capacidade técnica (Figura 4).

Figura 4 | Exemplos de conhecimentos necessários na composição dos comitês

CONHECIMENTOS DESEJÁVEIS	CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES	CONHECIMENTOS ÚTEIS
Administração pública Administração financeira Administração de eventos Contabilidade Legislação tributária Mecanismos de monitoramento e avaliação Legislação sobre incentivos fiscais para a cultura Organização, sistemas e métodos Gestão de qualidade Informática Turismo Marketing Veículos de comunicação e mídia em geral	História do Brasil História da cultura Sociologia Folclore Arquitetura Urbanismo Conhecimento sobre mitologias, danças, música, festas e manifestações regionais Geografia física Geografia política	Sonorização Iluminação Direitos autorais Noção de funcionamento de entidades do terceiro setor Código de defesa do consumidor Estatuto da criança e do adolescente

Fonte: Dados de pesquisa (2023)

Os comitês técnicos podem ser constituídos de diversas categorias profissionais, como: administradore(a)s públicos, economistas, gestore(a)s sociais, gestore(a)s culturais, contadore(a)s, advogado(a)s, secretário(a)s, estatístico(a)s, produtor(e)a(s) de eventos, analistas de sistemas, turismólogo(a)s, publicitário(a)s, jornalistas, profissionais de relações públicas, social media, redatore(a)s e designers.

TREINAMENTO PARA A CULTURA COLABORATIVA DE GOVERNANÇA

A última atividade da fase de preparação consiste no treinamento de membros dos comitês (governança, executivo e comunicação) para a cultura colaborativa da governança. Os relacionamentos são o fator determinante da governança colaborativa. Deve-se empregar esforços para avaliar o grau de confiança e respeito mútuo que existe entre os parceiros potenciais, antes que a estrutura de governança colaborativa seja implementada (Ansell; Gash, 2008).

Durante o treinamento, é necessário trabalhar conceitos como: construção de confiança, desenvolvimento de compromisso, compreensão compartilhada, foco em resultados compartilhados e identidade cultural como matriz de desenvolvimento. O processo será constituído por oficinas com conceitos e teorias, caso para ensino e dinâmicas em grupo. Para a aplicação do treinamento, sugerem-se, como atividade pedagógica, no mínimo, cinco aulas de 50 minutos, assim divididas:

- Aula 1: *Governança colaborativa e festas populares* (aplicação de conceitos e teorias);
- Aula 2: *Governança colaborativa de festas populares* (aplicação de caso para ensino);
- Aula 3: *Identidade cultural na governança colaborativa* (aplicação de caso para ensino);
- Aula 4: *Implementação da governança colaborativa de festas populares: fase de preparação* (aplicação de dinâmica em grupo);
- Aula 5: *Implementação da governança colaborativa de festas populares: fases de estratégia, execução e avaliação* (aplicação de dinâmica em grupo).

Ao final do treinamento, espera-se que os participantes possam: (a) entender conceitos e teorias de governança colaborativa e festas populares; (b) entender como a governança colaborativa contribui na realização de festas populares; (c) entender a importância da identidade cultural em festas populares; (d) entender como a identidade cultural contribui na governança de festas populares; e (e) aplicar a TGPop (tecnologia de governança de festas populares, vide Almeida Filho; Davel, 2024) em contexto prático.



O maior risco durante essa atividade é do conteúdo e do processo de aprendizagem ficar vago, teórico e enfadonho para os participantes. Conceitos ligados à identidade cultural possuem um grau de abstração e diversidade que frequentemente podem gerar alguma confusão em sua compreensão.

IDENTIDADE E CONFLITO

Além da colaboração, duas outras dimensões são consideradas na preparação da governança de festas populares: a identidade cultural e o conflito. Na preparação, a identidade explica a forma pela qual o público se identifica à festa. Essa identificação coletiva é percebida através das diversas expressões, práticas e organizações que representam a festa em suas dimensões simbólicas, materiais e humanas. Esse conjunto de significações é uma construção coletiva de identidade. A fase de preparação se concentra na identificação dos elementos que constituem a identidade da festa. Então, pretende-se “aproximar os sujeitos envolvidos com a dinâmica, a produção, a circulação e o consumo dos bens culturais, cuja autenticidade só será conservada e mantida no seu contexto específico”, reconhecendo tanto seu valor simbólico quanto seu suporte material (Santana, 2011, p. 41). Os elementos (expressões, práticas e organizações) encontrados nos mapeamentos são a expressão da festa em termos simbólicos (expressões), materiais (práticas) e humanos (organizações). Dessa forma pode despertar e/ou reforçar a sensação de pertencimento tanto do público (que consome e participa das festas) quanto dos integrantes do comitê de governança. Isso pode favorecer uma atuação mais consciente e comprometida, estimulando sociabilidades positivas, facilitando o processo organizativo e delineando os contornos dessa identidade que se manifesta de forma múltipla nas festas populares (Davel; Santos; Dantas, 2016).

O conflito é um elemento presente em qualquer processo coletivo, constituindo um pilar para a sociedade democrática (Hirschman, 1995). Na fase de preparação, os conflitos são essenciais durante a formação do comitê de governança. As condições presentes no início da colaboração podem facilitar ou desencorajar a cooperação entre as partes interessadas e entre poder público e entre poder público e partes interessadas. As partes interessadas podem ter um histórico conflituoso sobre algum problema local com grande carga emocional e consideram os outros como “inimigos”. Podem, também, ter uma visão diferente do que eles gostariam de alcançar através da colaboração. Tensões e conflitos podem existir em função da diversidade de perspectivas e interesses presentes no comitê de governança,



porém seus membros devem desenvolver a capacidade de dialogar e administrar criativamente os conflitos (Machado, 2016). Conseqüentemente, conseguirão promover, por meio de compreensão conjunta e necessidade mútua, a deliberação e debater e, ao fazê-lo, promover credibilidade e legitimidade entre os membros.

Para que a governança colaborativa se torne mais do que apenas uma mistura de diversos interesses e ideias, seus membros devem, juntos, desenvolver e adotar uma consciência coletiva separada de suas próprias identidades, preferências e motivações (Gash, 2012). Nesse sentido, o conflito pode exercer: (a) o papel de troca, na medida em que os membros do comitê de governança devem ser capazes de se colocar no lugar uns dos outros (ou pelo menos ter a capacidade imaginar o ponto de vista do outro) a fim de chegar a uma perspectiva conjunta; e (b) o papel de inovação, na medida em que formas não tradicionais podem emergir das diversas perspectivas presentes no comitê de governança.

DESAFIOS DA PREPARAÇÃO DA GOVERNANÇA DE FESTAS POPULARES

A preparação é uma fase-chave para assegurar o sucesso da governança de festas populares. A execução adequada da preparação afeta diretamente o sucesso da implementação de toda a atuação de governança da festa. Nesse processo, podemos refletir sobre alguns desafios: ambigüidade exacerbada, diversidade subestimada e engajamento fragilizado.

O primeiro desafio que se apresenta é a possibilidade de se criar uma *ambigüidade exacerbada* quando se define identidade cultural. Por mais concreta que seja a ideia de identidade cultural, também existe um elemento abstrato que envolve as conceituações do termo. Elementos e práticas presentes na festa não são absorvidos e identificados de forma universal por um mesmo grupo. Daí a necessidade de identificações consistentes durante os mapeamentos de expressões, práticas e organizações que expressam a identidade da festa. O cuidado deve se concentrar em não se deixar de identificar elementos fundamentais, evitando-se incluir elementos não tão significativos, pois a inclusão desses elementos pode gerar um conceito de identidade cultural que seja ambíguo ou dúbio na percepção coletiva, convertendo-se em numa possível não identificação do público com a festa.



Outro desafio é essa *sub-representação* da multiplicidade de forças no comitê de governança, ou seja, no poder decisório durante a governança da festa. A estrutura de comitê pressupõe legitimidade de poderes através dos seus membros. Os critérios utilizados na composição do comitê de governança buscam criar um leque plural, equilibrado e representativo dos diversos interesses presentes na festa. É fundamental que essa diversidade esteja expressa nos membros do comitê de governança de forma a não haver uma diversidade subestimada, gerando uma representação concentrada em poucas organizações (geralmente as organizações mais tradicionais que exercem maior influência) em detrimento de organizações menores ou mais discretas. Tanto a sub-representação quanto o desequilíbrio de representação comprometem o sucesso do processo colaborativo e, conseqüentemente, a realização da festa.

O terceiro desafio na preparação da governança de festas populares é a *manutenção do engajamento* dos membros do comitê de governança em detrimento da longa extensão da fase. O nível de engajamento dos participantes é afetado pelo fator tempo, principalmente considerando o caráter voluntário dos participantes. Muitas vezes algumas partes interessadas não têm tempo, energia ou liberdade para se envolver em processos colaborativos demorados. Podem também perceber que o investimento de tempo não trará um retorno adequado. Para tanto, deve-se reforçar o caráter deliberativo das representações do comitê de governança. A percepção que seus interesses possuem força nas tomadas de decisão produz melhor engajamento e satisfação durante o processo.

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Nossa pesquisa buscou sistematizar uma fase de suma importância para a governança de festas populares, ordenando suas atividades e descrevendo propósitos e riscos inerentes a cada atividade. Dessa forma, trata-se de aproximar aspectos ligados à governança, agora adaptada às especificidades organizativas das festas populares. Essa aproximação muitas vezes não é considerada tanto por gestores públicos responsáveis pela organização de festas populares em seus territórios quanto por pesquisadores dos estudos de gestão da cultura (mais concentrados nos modelos organizativos culturais individualizados) e de festas populares (mais concentrados em aspectos antropológicos e sociológicos).



Um potencial impacto da pesquisa é alertar o poder público (sobretudo os governos municipais) para estruturar modelos colaborativos junto com a sociedade civil a fim de atuar em processos decisórios complexos que demandam necessariamente a interlocução com diversos setores da sociedade civil. Grande parte das atividades da preparação da governança de festas populares é capitaneada pelo poder público, mais especificamente por órgãos executivos ligados à cultura e ao turismo, como agências e secretarias municipais e estaduais. Essa predisposição demanda interesse, organização e financiamento. Pressupõe-se que a governança busque os meios de financiamento para sua manutenção e para a própria festa. Todavia, esses resultados só serão obtidos na edição seguinte à implementação da governança. O financiamento da implantação da tecnologia de governança de festas populares (TGPop) é de responsabilidade do poder público.

Esta pesquisa propõe-se a descrever a fase de preparação da governança de festas populares, detalhando as atividades que a compõem, integrando suas dimensões de colaboração, identidade cultural e conflito. Assim, enfatiza-se que o processo de preparação é fulcral para a governança colaborativa de festas populares. Com efeito, sistematiza-se um conhecimento necessário para gestores públicos ligados à organização de festas populares, ressaltando os aspectos cruciais para o sucesso da governança. Em termos práticos, a fase inicial da governança de festas populares pavimenta as bases para o desenvolvimento positivo das fases seguintes, seja na sensibilização da estrutura governamental, na qual o processo colaborativo se iniciará, seja na criação de uma cultura colaborativa de gestão, que pode ser adaptada para outras iniciativas que requeiram processos de cooperação entre o poder público e o não governamental. Em termos conceituais, a preparação da governança de festas populares permite a diversas representações sociais construir conjuntamente conceitos e práticas que (re)significam valores, (re)afirmando a identificação e o pertencimento dos diversos grupos entre si e com o território que ocupam.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, A. B., & DAVEL, E. P. B. Governança de Festas Populares: Desafios, Potencialidades e Práticas. *Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 32, p.1-34, 2024. DOI: 10.20396/resgate.v32i00.8673889
- AMARAL, R. *Festa à Brasileira: Significados do Festejar, no país que “não é sério”*. 1998, 387 p. Tese (Doutorado em Antropologia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- ANSELL, C. Collaborative Governance. In: LEVI-FAUR, D. (ed.). *Oxford Handbook Of Governance*. New York: Oxford University Press, 2012.
- ANSELL, C.; GASH, Alison. Collaborative Governance in Theory and Practice. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 18, n. 4, p. 543–571, 2008. <https://doi.org/10.1093/jopart/mum032> .
- BÜTTENBENDER, P. L.; SAUSEN, J. O. Práticas inovadoras de gestão de desenvolvimento em região de fronteira: proposta de um constructo de governança inovadora e desenvolvimento territorial. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 2, 2020.
- CABRAL, S.; KRANE, D.; DANTAS, F. A dança dos Blocos, Empresários, Políticos e Técnicos: condicionantes da dinâmica de colaboração interorganizacional do carnaval de Salvador. *Organizações & Sociedade*, v. 20, n. 64, p. 145-163, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302013000100010> .
- CONNICK, S.; INNES, J. Outcomes of collaborative water policy making: Applying complexity thinking to evaluation. *Journal of Environmental Planning and Management*, v. 46, n. 2, p.177–97, 2003. <https://doi.org/10.1080/0964056032000070987>
- DAVEL, E.; DANTAS, M. Festas Populares na Bahia: Gestão e Dinâmica Identitária. *PragMATIZES - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura*, v. 9, n. 17, p. 203-224, 2019. <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v9i17.28284> .
- DAVEL, E.; SANTOS, F. P.; DANTAS, M. Identidade Cultural de Territórios como Política de Gestão. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 11, 2016, Sauípe. *Anais [...]*, Sauípe: ENANPAD, 2016.
- FUTRELL, R. Technical adversarialism and participatory collaboration in the U.S. chemical weapons disposal program. *Science, Technology, & Human Values*, v. 28, n. 4, p. 451–482, 2003. <http://dx.doi.org/10.1177/0162243903252762> .
- GASH, A. Collaborative Governance. In: ANSELL, C. (ed.); TORFING, J. (ed.). *Handbook on Theories of Governance*. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2012, p.468- 481.
- GUARINELLO, N. L. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCÓS, I.; KANTOR, I. (Ed.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, volume II. São Paulo: EDUSP/FAPESP/Imprensa Oficial, 2001, p. 969- 975.
- GUEST, G.; MACQUEEN, K. M.; NAMEY, E. E. *Applied Thematic Analysis*. Los Angeles: Sage Publications, 2012.
- HIRSCHMAN, A. O. Conflitos sociais como pilares da sociedade de mercado democrática. *Novos Estudos CEBRAP*, 42, n. Julho, p. 33-44, 1995.
- MACHADO, V. *Diálogo e gestão criativa de conflitos: método centrado na complexidade do pensamento e simplicidade da ação*. Salvador: Solisluna Design Editora, 2016.
- MARQUES DE OLIVEIRA, N. Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional. *Informe GEPEC*, vol. 25, nº 01, p. 203-219, 2021.
- OLIVEIRA NETA, V. M. de. *Diálogo e gestão criativa de conflitos: método centrado na complexidade do pensamento e simplicidade da ação*. Salvador: Solisluna Design Editora, 2016.



PADILLA, Y. C.; DAIGLE, L. E. Inter-agency collaboration in an international setting. *Administration in Social Work*, v. 22, n. 1, p. 65–81, 1998. https://doi.org/10.1300/J147v22n01_05.

SANTANA, M. C. *Alma e festa de uma cidade: devoção e construção da colina do Bonfim*. Salvador: EDUFBA, 2011.

THEIS, I. M.; FERRERA DE LIMA, J.; MARQUES DE OLIVEIRA, N.; BARBOSA, J. L. A.; RANDOLPH, R. Desenvolvimento regional: construção de um campo de saber?. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 1, 2022. DOI: 10.54399/rbgdr.v18i1.6383.

WALTER, U.; PETR, C. A template for family centered interagency collaboration. *Families in Society: The Journal of Contemporary Human Services*, v. 81, n.5, p. 494-503, 2000. <http://dx.doi.org/10.1606/1044-3894.1051>



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.



